

Editorial

DOI: 10.3395/reciis.v4i5.433pt

Amigo leitor e colaborador,

a Reciis de dezembro de 2010 fecha um ano de transformações: equipe ampliada, nova interface, mais artigos, mais edições. No ano que vai começar, convidamos você a continuar nos acompanhando em mais algumas mudanças que deverão nos aproximar ainda mais. Em 2011, o Icict completa 25 anos. Além de uma edição especial no primeiro semestre, vamos comemorar esse aniversário com um portal que enfatiza serviços e a interação dinâmica com nossos colaboradores e leitores, sempre com a excelência Fiocruz. E queremos, é claro, a sua ajuda. Agradecemos se puder enviar críticas e sugestões por telefone ou email.

O quinto número de nosso quarto volume traz sete artigos e três resenhas (dois filmes e um livro). E a palavra que poderia indicar a tônica desta edição parece ser *coragem*. Mais que ousadia, são a consistência e o saber que moram na coragem que insistem em alinhar todos os autores que colaboraram neste número, e que chegam até nós nesses dez textos. Coragem para propor novas metodologias, para lançar-se às potências das novas tecnologias sem deslumbramento, para abraçar novas interpretações de realidades pretensamente já conhecidas e para mapear novos campos de saber, para aprender com e como as novas gerações, e, ainda assim, com as culturas e saberes tradicionais. Coragem para construir conhecimento e desconstruir preconceitos. Apresentamos a seguir cada um desses textos e autores, sabendo que o leitor descobrirá, nessa leitura, esse fio condutor e mais alguns.

No texto "HIV/Aids, direitos reprodutivos e tecnologias reprodutivas: mapeando diferentes perspectivas" Eliane Portes Vargas, Ivia Maksud, Luciane da Costa Moás e Ruth Britto levantam algumas das questões éticas e políticas que emergem da tangência entre esses temas, no campo da saúde coletiva. As inovações tecnológicas em reprodução medicamente assistida

ainda são pouco debatidas na literatura, segundo as autoras, mas nela seriam notáveis traços das trajetórias históricas de formação desses campos. Para sustentar sua perspectiva, recorrem a documentos oficiais, à mídia impressa e à literatura acadêmica no âmbito das políticas públicas de saúde voltadas para o HIV/Aids e para as mulheres.

Em "Gestão do conhecimento: ainda um obscuro objeto de desejo?", Paula Xavier e Elisa Andries querem sublinhar a relevância do uso do termo Gestão do Conhecimento como algo diverso da Gestão da Informação, seja na esfera privada, seja na pública. As autoras traçam um breve histórico desses conceitos para concluir que, nos dois âmbitos, atualmente a perspectiva é, sobretudo, de conversão do conhecimento tácito em explícito. Para elas, nas instituições públicas brasileiras, notadamente via iniciativas do Governo Federal, existe a preocupação em construir uma política, com diretrizes e estratégias claras, para garantir a aplicação do conhecimento como motor de processos de produtividade e inovação e insumo indispensável à tomada de decisão. Uma política para construir "um governo que aprende."

"Multidisciplinaridade e especificidade na comunicação científica: discussão do impacto na avaliação de diferentes áreas", de Rogério Mugnaini e Dinah Aparecida Población, traz importantes constatações sobre a cultura de comunicação científica, ou melhor: as culturas de comunicação das diferentes áreas da ciência. Os autores alinhavam, a cada uma das áreas pesquisadas, formatos diversos da comunicação científica - livros, artigos, teses, anais etc - mais citados em Ciências Sociais Aplicadas, Saúde Coletiva, Física, Medicina e Veterinária e Ciência da Informação. Debruçados sobre a distribuição das referências bibliográficas em cinco revistas científicas da Scielo, Mugnaini e Población indicam a informação consumida para

a argumentação desenvolvida pelos pesquisadores em seu escritos, isto é, como a ciência mesma se move e se renova.

Antonio Idelvane Santana Silva, Ney Paranaçu de Carvalho e Pedro de Alcântara dos Santos Neto, no artigo “Uma aplicação de Biometria na Web voltada para os planos de saúde”, mostram como as tecnologias de reconhecimento de uma pessoa por suas características físicas ou de comportamento vem se desenvolvendo rumo à integração com a plataforma Internet. No entanto, a conveniência do acesso traz novas questões de segurança, usabilidade e ambiente do usuário final, que devem ser levadas em consideração desde o início do projeto. Usando um estudo de caso de um plano de saúde gerenciado pela Web, os autores dão ao leitor uma visão geral de um sistema biométrico Web, abordando aspectos técnicos e operacionais para sua implementação e implantação.

Josué Laguardia e Ângela Casanova perguntam: a tão festejada flexibilidade da educação em ambientes virtuais de aprendizagem é algo que nos torna mais senhores do processo de conhecimento ou simplesmente reveste com nova roupagem velhos modelos comportamentalistas? Com o texto “A educação *online* e os desafios à qualificação profissional em saúde”, Laguardia e Casanova discorrem sobre o quarto período de evolução da Educação a Distância (EAD) - em que a visão da educação com a transmissão de saberes ao longo de toda a vida está cada vez mais ligada à sua versão online, isto é, à disseminação das redes telemáticas e dos computadores pessoais e ao aumento de banda para o acesso à rede global - e tomam posição sobre a possibilidade de uma modernização conservadora também na formação em saúde.

Segundo o artigo de Gabriel Eduardo Schütz e Maria Helena Barros de Oliveira, “Pesquisa Jurídica em Saúde - uma proposta metodológica para o levantamento de dados primários”, não há uma padronização dos procedimentos de levantamento de dados nas pesquisas empíricas sobre a atuação do Poder Judiciário quanto às políticas de saúde no Brasil. Advogando a ideia de que a padronização de procedimentos operacionais consolida as bases metodológicas da pesquisa interdisciplinar em Direito e Saúde Pública, pela comparabilidade de resultados em diferentes contextos sociais e territoriais, os autores propõem, então, uma metodologia para a obtenção de dados primários dessa natureza. Submetendo o POP a uma prova piloto em 2009 no Rio de Janeiro e avaliando-o pela metodologia F.O.F.A. (fortalezas, oportunidades, fraquezas e ameaças), Schütz e Barros abrem caminho à eventual construção de bases de dados, sistemas de indicadores e séries históricas que expressem e subsidiem cenários e das dinâmicas entre a gestão de saúde e o Judiciário em todo o país.

Ao pesquisar trabalhos apresentados por bolsistas de iniciação científica (Pibic) na FIOCRUZ, entre 1993, ano da 1ª Reunião Anual de Iniciação Científica (RAIC) e a reunião de

2007, Alice Ferry aponta, em “A participação dos bolsistas de iniciação científica (Pibic) na produção científica da Fiocruz”, mais uma feliz convergência entre o fazer ciência na Fundação e a sua missão social para com as novas gerações. Uma meticulosa busca cruzada, usando os anais das reuniões e as listas de bolsistas de iniciação científica fornecidas pelo programa Pibic institucional e pelo CNPq, constata a influência da Fiocruz na escolha dos jovens por fazer pós-graduação.

Com a resenha “A Vida e a Educação dos Surdos no Brasil”, Carla Rocha Pereira reconta o documentário *A Travessia do Silêncio*, de Dorrit Harazin. O filme é de 2004 e apresenta testemunhos de portadores de surdez, nascidos com ela ou não, e de parentes deles. Avanços no campo da medicina, como o implante coclear, e a influência dos pais surgem como grandes determinantes para uma das decisões mais importantes da vida das crianças surdas: serem oralizadas ou buscar desde cedo a linguagem dos sinais. Para além das questões econômicas, tal escolha abre espaço à discussão de outras questões socialmente determinantes da saúde, como o bem estar proporcionado por uma interação de qualidade com um mundo cindido entre duas *culturas*: a dos oralizados e a dos sinalizados.

O sanitarista Waldir Bertúlio analisa, em resenha, o vídeo *A Terra e o Tempo*, de Sergio Brito, sobre os descendentes dos formadores do quilombo Mata Cavalos, em Mato Grosso. No filme, é mostrada a relação da população quilombola com a terra como residência-resistência cultural anti-branqueamento. No texto, é possível saborear o contraste entre a delicadeza da análise estética do vídeo e a concretude política da interpretação que nos traz o resenhista e que vai, assim, construindo para o leitor a imagem de uma das muitas minorias que é preciso levar em conta ao estabelecer políticas de saúde.

Temos ainda a resenha de Maiko Rafael Spiess sobre o livro *Sorting Thing Out – Classification and its Consequences*, de Geoffrey C. Bowker e Susan Leigh Star, que trata dos muitos desdobramentos éticos e políticos de uma classificação – que impõe pensar o que é norma e o que está fora dela como anomalia. No livro, explica o resenhista, os autores afirmam que essa classificação não é natural, mas determinada socialmente, levando-nos a refletir sobre quão cultural pode ser a definição do que é uma informação válida e a sua leitura. Eles trabalham a partir de sistemas em que a avaliação científica aparece indistintamente contaminada por moralismos e interesses políticos, como a classificação de tipos de aborto na Classificação Internacional de Doenças, ou, ainda, das raças no regime apartheid vivido na África do Sul.

Boa leitura e um 2011 cheio de sucesso e sabedoria,

Cristina Guimarães e Josué Laguardia